



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

Aplicado que a dia 12/03/2023

LEIA COM ATENÇÃO

1. Ao receber este caderno, verifique se ele contém 25 questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 01 a 25. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite a um dos fiscais de sala que adote as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe da sala. Qualquer aparelho eletrônico que possibilite a comunicação com terceiros, dentro ou fora da sala, deverá ser entregue a um dos fiscais, sob pena de imediata eliminação.
3. Não é permitido o uso de lápis, nem de qualquer material de consulta, devendo a prova ser respondida com caneta esferográfica, azul ou preta.
4. O tempo de duração da prova será de 03 horas, já incluído o tempo destinado a anotação das respostas do candidato no seu gabarito definitivo e à prova de redação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Direito Constitucional

1. Qual o sistema de governo adotado pelo Estado brasileiro, sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando a relação entre os poderes legislativo e executivo:

- a) Democracia.
- b) Parlamentarismo.
- c) Presidencialismo.
- d) Absolutista.

2. Analise as seguintes afirmativas:

I. Poder constituinte originário é o que cria uma Constituição. Não há necessidade que seja a primeira Constituição de um Estado, pois pode ser uma nova Constituição que substitua a anterior. O poder constituinte originário reveste-se de quatro características: inicial, autônomo, incondicionado e ilimitado.

II. O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o poder conferido aos Estados-Membros para se organizarem por meio das suas constituições estaduais. A sua Constituição estadual deve sempre respeitar a Constituição Federal, mesmo que cada estado tenha sua própria Constituição Estadual criada pela Assembleia Legislativa.

III. O poder constituinte derivado reformador é criado pelo poder constituinte originário e dele se distingue por ser pautado por regras e procedimentos rígidos, que visam preservar a intangibilidade de alguns temas previamente definidos.

De acordo com a doutrina clássica da Teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) I e II são corretas.
- b) I, II e III são corretas.
- c) I e III são corretas.
- d) II e III são corretas

3. São órgãos do Poder Judiciário previstos na Constituição da República de 1988, SALVO:

- a) O Superior Tribunal de Justiça Desportiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

- b) O Supremo Tribunal Federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça.
- d) O Superior Tribunal de Justiça.

4. Os chamados remédios constitucionais são instrumentos ou ferramentas jurídicas, previstos na Constituição com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder. NÃO se refere a um remédio constitucional:

- a) Ação popular.
- b) Ação civil pública.
- d) Mandado de injunção.
- e) Emendas à Constituição.

5. Segundo a Constituição Federal de 1988, a competência para cuidar da saúde é de:

- a) União e Estado.
- b) Estados e Municípios.
- c) Distrito Federal e Estado.
- d) União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

Direito Administrativo

6. Keila, servidora pública federal, exerce cargo de chefia em uma Autarquia Federal. Em 08/03/2023 ela nomeou, para atuar na assessoria de seu gabinete, o seu marido Edson. A conduta de Keila desrespeita de forma mais contundente o princípio da:

- a) proibição de empregabilidade.
- b) eficiência.
- c) impessoalidade.
- d) proporcionalidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

7. O poder administrativo que objetiva propiciar, à luz dos princípios constitucionais e diretrizes legais, a organização, orientação, fiscalização e correição das atividades exercidas pelos órgãos vinculados, é:

- a) O poder disciplinar.
- b) O poder de polícia.
- c) O poder discricionário.
- d) O Poder hierárquico.

8. Quanto ao conceito de serviço público, suas rotinas administrativas e de boas práticas, marque a alternativa que NÃO contribui para a boa gestão dos serviços públicos.

- a) As decisões administrativas devem conter uma fundamentação adequada.
- b) Nos processos administrativos, deve haver contraditório e ampla defesa.
- c) Os serviços devem estar centralizados sob o comando de um único agente.
- d) A Administração deve manter um serviço de atendimento e informação ao cidadão.

9. Quanto aos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A coercibilidade ou imperatividade existe em todos os atos administrativos, inclusive naqueles que não impõem obrigações; sendo lógico que a atuação estatal se sobreponha aos interesses privados na medida que deve prevalecer o interesse público.
- b) A autoexecutoriedade significa que a Administração Pública poderá executar diretamente as suas decisões, sem necessitar de prévia autorização do Poder Judiciário.
- c) A tipicidade como princípio representa uma garantia para o administrado, pois impede que a Administração Pública pratique atos dotados de imperatividade e executoriedade, vinculando unilateralmente o particular, sem que haja previsão legal; também fica afastada a possibilidade de ser praticado ato totalmente discricionário, pois a lei, ao prever o ato, já define os limites em que a discricionariedade poderá ser exercida.
- d) A presunção de legitimidade é o atributo do ato administrativo que os reveste da presunção de que foram editados em conformidade com o Direito até que se prove o contrário. Logo, ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidos, todos dotados de fé pública.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Direito Civil

10. No que se refere ao negócio jurídico previsto no Código Civil de 2002, é correto afirmar:

a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

b) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

c) O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

d) Os poderes de representação conferem-se por lei, pelo interessado ou pelo incapaz reconhecido judicialmente.

11. Com relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:

a) A personalidade civil da pessoa começa na concepção.

b) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são transmissíveis, mas irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

12. De acordo com o Código Civil, a interrupção da prescrição dar-se-á:

1. por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

2. por despacho do juiz, que ordenar a intimação do devedor, no prazo e na forma da lei processual.

3. por protesto cambial.

4. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

13. No que se refere às disposições gerais do Código Civil sobre o negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, bem como aproveita aos cointeressados capazes
- b) A eficácia do negócio jurídico requer forma defesa em lei
- c) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado
- d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este não será da substância do ato, sendo dispensável

Processo Civil

14. Com fundamento na legislação de regência, o Ministério Público ajuizou demanda com vistas à prolação de sentença que declare que o réu é o pai de determinada criança. Ao intentar a referida ação, o órgão ministerial, em relação ao menor, atua a título de:

- a) sucessor processual;
- b) substituto processual;
- c) representante;
- d) amicus curiae;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

15. Os prazos para a Fazenda pública são contados

- a) em dobro para todas as manifestações processuais, salvo se a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- b) em dobro para contestar e também para recorrer, salvo nos processos digitais.
- c) sempre em dobro, ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- d) em dobro para contestar e de forma simples para os demais atos.

16. As cartas:

- a) são chamadas precatórias quando se dirigirem a autoridade judiciária de outro país.
- b) têm caráter itinerante.
- c) não precisam ser cumpridas pelo juízo destinatário se este discordar de seu conteúdo.
- d) podem ser expedidas apenas pelos juízos de primeira instância.

17. Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando

- a) tratarem de cobrança de créditos públicos.
- b) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.
- c) neles constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- d) envolverem interesse de espólio.

Direito Penal

18. O princípio da intranscendência da pena veda que

- a) o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.
- b) uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.
- c) em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

d) o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.

19. Quando o agente, mediante uma só ação, quer e obtém dois resultados distintos, ocorre:

- a) crime continuado.
- b) concurso material.
- c) concurso formal próprio.
- d) concurso formal impróprio.

20. Considera-se crime consumado quando a conduta do agente contém todos os elementos descritos no tipo penal. Sendo assim, podemos dizer que:

- a) O crime consumado é aquele realizado, mesmo que de forma incompleta, em que o agente passa por alguma das etapas do *iter criminis*, quais sejam a execução e a consumação.
- b) O crime consumado é aquele realizado de forma completa, em que o agente passa por todas as etapas do *iter criminis*, quais sejam a cogitação, a preparação, a execução e a consumação.
- c) Quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) Quando, iniciada a cogitação, a preparação, a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

21. A lei penal mais grave pode ser aplicada ao réu de um crime cuja execução iniciou-se antes da sua vigência se

- a) for um crime considerado hediondo.
- b) se a nova lei tornar mais severa apenas a regra para a progressão de regime de cumprimento da pena.
- c) o réu for reincidente específico.
- d) a realização da ação típica estender-se para além da entrada em vigor da nova lei.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Penal

22. A prisão preventiva na fase de inquérito pode ser decretada.

- a) pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou por representação da autoridade policial.
- b) pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da vítima.
- c) pelo juiz e pela autoridade policial, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- d) pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, ou por representação da autoridade policial.

23. Referente ao Juizado Especial Criminal Federal, analisar os itens abaixo:

I. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

II. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa.

III. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

- A) Somente os itens I e III.
- B) Somente o item I.
- C) Somente o item II.
- D) Somente os itens I e II.

24. No que concerne à ação penal, assinale a alternativa correta, nos termos do art. 25 do CPP.

- A) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública.
- B) A ação penal privada é personalíssima, ou seja, o ofendido não poderá ser representado ao intentá-la.
- C) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, tanto nas hipóteses de ação pública como de ação privada.

25. A sentença é o ápice do processo. É o marco final do litígio no primeiro grau de jurisdição, quando o magistrado decide a questão trazida ao seu conhecimento. O jurista Italiano Giuseppe Chiovenda conceitua sentença como "o pronunciamento sobre a demanda de mérito e, mais precisamente, o provimento do juiz que afirma existente ou inexistente a vontade concreta de lei alegada na lide". De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa incorreta sobre como a intimação da sentença penal deverá ser feita.

A) Ao defensor constituído pelo réu, se este - afiançável, ou não, a infração -, expedido o mandado de prisão, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.

B) Mediante edital, quando o réu se livrar solto, se o réu e o defensor que houver constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça.

C) Ao réu, pessoalmente, se estiver preso.

D) Ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando estiver preso.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO NO TOCANTINS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA**

2) Cite e comente acerca dos princípios norteadores do Juizado Especial Cível (no mínimo 2 princípios).

A series of horizontal lines for writing, with a large, faint watermark reading 'Reservado' diagonally across the page.